



Governo de
**Mato
Grosso**

**INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DE MATO GROSSO
INDEA/MT**

MANUAL TÉCNICO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

MAURO MENDES FERREIRA

Governador do Estado de Mato Grosso

BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

ANILDO CESÁRIO CORREA

Gabinete do Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas

CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

EMANUELE GONÇALINA DE ALMEIDA

Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

RENAN TOMAZELE

Diretor Técnico

LUIZ GUSTAVO TARRAF CARAN

Diretor de Administração Sistêmica

HEITOR DAVID MEDEIROS

Coordenador de Defesa Sanitária Animal

FERNANDA DA SILVA ROCCO

Coordenadora de Inspeção e Fiscalização de Produtos e Subprodutos de Origem Animal

PAULA ARRUDA LASMAR

Coordenadora de Defesa e Tecnologia Florestal

MARCIO ADÉLIO DE CARVALHO

Coordenador de Fiscalização e Julgamento de Processos

SILVANA DA SILVA AMARAL

Coordenador de Defesa Sanitária Vegetal

EQUIPE TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Anna Sylvia Corrêa de Souza Augusto Martins

Carolina Toledo Grzybowski Tonucci

Deodete Brito dos Santos

Irene Catarina Rodrigues da Silva

Larissa Ferreira Marques Duarte

Maria Teresa de Mello Vidotto

Regina Akiko Imada Doy

Tâmara Fonseca de Carvalho

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO

Carine B. Cavalcante

Eunice Sousa Aquino da Silva

Francis Lívio Corrêa Queiroz

Fernanda da Silva Rocco

Heitor David Medeiros

Isabela Thommen Maciel Sartor

Karen da Costa Rocha

Paula Arruda Lasmar

Raphael Falcão T. Pereira

Roberto Luiz Corrêa da Costa

Roseli Divino Costa

Silvana da Silva Amaral

Marcio Adélio de Carvalho

Wilken Aparecido de Carvalho Lima

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 MANUAL TÉCNICO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

2.2 COMPETÊNCIAS

2.3 SISTEMAS CORPORATIVOS INFORMATIZADOS

2.4 BASE LEGAL

3. GLOSSÁRIO, SIGLAS E ABREVIATURAS

3.1 GLOSSÁRIO

3.2 SIGLAS E ABREVIATURAS

1 INTRODUÇÃO

1.1 MANUAL TÉCNICO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

1.1.1 Objetivo

O projeto dos Manuais Técnicos de Processos e Procedimentos tem como objetivo aperfeiçoar a gestão pública e atender às necessidades e demandas da sociedade e, como ideal, aumentar a qualidade da prestação dos serviços ao cidadão. Entretanto, para que essa realidade se consolide são necessárias não somente a formulação de boas políticas públicas, mas também a sua correta execução alinhada à gestão dos processos e aos objetivos estratégicos, o efetivo controle dos resultados planejados e a consequente disseminação de boas práticas.

1.1.2 Histórico

Diante disso, com o propósito de atender ao exposto, no ano de 2006, foram instituídos, por meio da Lei Complementar nº 264, de 28/12/2006, e suas alterações, 12 (doze) Núcleos de Administração Sistêmica, no âmbito do Poder Executivo Estadual, para realizar os serviços administrativos e de apoio. A partir daí, a Secretaria de Estado de Gestão iniciou a coordenação do processo de elaboração dos Manuais Técnicos de Normas e Procedimentos.

A finalidade da criação dos Núcleos foi racionalizar a execução dos serviços sistêmicos e, por conseguinte, potencializar a capacidade do Estado em promover o cumprimento de seus compromissos junto à população, com transparência, sem perder o foco na eficácia e eficiência, isto é, na gestão voltada para os resultados.

No mesmo sentido, no ano de 2007, o TCE – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso publicou a Resolução Nº 01/2007, que estabelece prazos para a publicação dos Manuais de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle de cada um dos sistemas elencados no art. 5º da resolução supracitada.

Com a criação dos núcleos sistêmicos e com a publicação da Resolução do TCE Nº 01 de 2007, o fornecimento e fortalecimento dos serviços administrativos no ano de 2009, assumem especial relevância e têm por finalidade suprir os meios para a concretização das políticas públicas, apoiados nos sistemas de: gestão de pessoas, planejamento e orçamento, finanças, contabilidade, aquisições, patrimônio e serviços, controle interno, protocolo e arquivo, tecnologia da informação e desenvolvimento organizacional.

No final do ano de 2009, foram disponibilizados os Manuais Técnicos de Normas e Procedimentos da Área Sistêmica, a serem aplicados ao Órgão Central responsável pelo sistema, aos Núcleos de Administração Sistêmica e aos demais órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

No ano de 2013, os Núcleos Sistêmicos foram extintos, porém as atividades sistêmicas, ou seja, de suporte, continuaram sendo desenvolvidas nas áreas sistêmicas dos seus respectivos órgãos de origem.

No PPA 2016-2019, elaborado em 2015 (gestão do Governador Pedro Taques), foi definido o objetivo "elevar o desempenho dos órgãos e entidades do Governo Estadual na prestação de serviços públicos ao cidadão", enfatizando assim, a necessidade de fortalecer, no Estado, a Gestão por Processos no Governo Estadual.

À luz dos Decretos nº 274/2015, nº 762/2016 e nº 1375/2018 publicados respectivamente em 01 de outubro de 2015, 09 de dezembro de 2016 e em 07 de março de 2018, destaca-se também a necessidade de elaboração e atualização dos Manuais Técnicos de Processos e Procedimentos em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Os Decretos mencionados acima e publicados na Gestão do Governo do período 2015 – 2018 têm como finalidade:

I - estabelecer padrões de processos e procedimentos das atividades a serem executadas no Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

II - organizar e documentar os procedimentos de trabalho, permitindo a institucionalização destes processos no Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

III - proporcionar mais eficiência e economicidade aos processos e procedimentos no Poder Executivo do Estado de Mato Grosso;

IV - ampliar e facilitar o acesso dos servidores às capacitações nas normas, nos processos e procedimentos de trabalho, contribuindo para a melhoria das competências e a profissionalização dos servidores;

V - proporcionar o cumprimento das diretrizes e orientações emanadas do órgão central para os setoriais.

Após a publicação do Decreto nº 762/2016, foi publicada a Instrução Normativa nº 001/2017, a qual disciplina critérios para elaboração e atualização do Manual Técnico de Processos e Procedimentos no Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

De acordo com os instrumentos legislativos publicados, o Manual Técnico de Processos e Procedimentos foi dividido em duas grandes partes, ou seja, a Parte

Documental e a Parte de Processos, sendo cada uma com a sua padronização definida na referida Instrução Normativa. Contudo, pode-se dizer que a gestão por processos deve estar atrelada à estratégia da organização, sempre instruindo os órgãos e entidades na definição de processos bem delineados e com foco para atingir o objetivo estratégico definido no Plano Plurianual (PPA) e no Plano de Trabalho Anual (PTA). Também se destaca a necessidade de criação de unidades administrativas que atendam o objetivo estratégico e tenham competências definidas.

Portanto, para que os objetivos sejam alcançados é imprescindível que seja difundida uma cultura de gestão por processos nos órgãos e entidades do Governo Estadual, tendo como premissa a mensuração de indicadores para tomada de decisão pelo nível estratégico, permitindo que os gestores monitorem a execução dos processos desenhados, conforme o estabelecido no Manual Técnico do órgão ou entidade.

Atendendo a esse pressuposto, o Manual Técnico de Processos e Procedimentos, ora apresentado, promove e propõe a sistematização de um conjunto de normas, diretrizes, processos e procedimentos para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões, bem como, orientar os servidores na execução das atividades relativas à administração sistêmica, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

2.1.1 Missão

Promover na agropecuária mato-grossense a certificação sanitária de origem que garanta a competitividade para o setor, protegendo o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores.

2.1.2 Visão

Ser reconhecido como excelência na certificação sanitária de origem dos produtos agropecuários, através de uma estrutura leve, ágil, autônoma, transparente e permeável, que atue de forma participativa e integrada com a sociedade na busca do seu bem-estar.

2.1.3 Valores

Ética; Transparência; Responsabilidade social; Compromisso; Agilidade; Integração; Inovação; Cooperação e Parceria.

2.2 COMPETÊNCIAS

Constituem competências do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA:

I - planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

II - promover estudos que subsidiem o planejamento na área de defesa agropecuária;

III - promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária e florestal nos níveis Federal, Estadual e Municipal;

IV - propor e definir a elaboração de Convênios com o Setor Público e Privado, para a execução de serviços de defesa agropecuária e florestal, nos âmbitos Estadual e Municipal;

V - promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária e florestal;

VI - planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de preservação, fiscalização dos recursos naturais renováveis: fauna, flora e solo;

VII - manter intercâmbio de informações técnicas e científicas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária e florestal;

VIII - apresentar à Secretaria de Estado em que estiverem vinculados os planejamentos, programas anuais e plurianuais de defesa agropecuária e florestal;

IX - promover a realização de conferências, simpósios e outros conclave científicos na área de defesa agropecuária e florestal.

Nos casos omissos para o exercício de suas competências legais, o INDEA observará na aplicação de medidas discricionárias, as disposições das normas federais aplicáveis à espécie e, na falta dessas, as regras do Código Sanitário de Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, as Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias - NIMF - da Convenção Internacional sobre Proteção das Plantas - CIPP e, no que couber, o Codex Alimentarius da FAO/OMS.

2.3 SISTEMAS CORPORATIVOS INFORMATIZADOS

2.3.1 Sistema Informatizado de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (SINDESA)

Este sistema foi concebido com objetivo de promover a centralização dos dados gerados e mantidos pelo INDEA, numa nova plataforma mais robusta e com alta disponibilidade, que possibilite a disponibilização de módulos específicos para atender as necessidades dos vários atores envolvidos no processo de defesa sanitária animal, seja ele profissional do órgão, produtor ou revendedor de produtos pecuários.

A integração que o sistema proporciona, facilita a prestação de serviços aos clientes, facultando mais autonomia, controle e transparência aos nossos clientes, em um único ambiente de gestão dos bancos de dados. Link:

<http://sistema.indea.mt.gov.br:8082/SIA/logon.jsp?sys=SCA>

2.3.2 Sistema de Defesa Vegetal do Estado de Mato Grosso (SISDEV)

Este sistema foi concebido com objetivo de cadastrar, registrar e controlar propriedades, empresas revendedoras de produtos e ou prestadoras de serviços no ramo da agrícola que atuam no estado de Mato Grosso, centralizando os dados gerados e facilitando o controle exercido pelo INDEA, possibilitando ainda uma maior interação com os demais atores envolvidos nos processos de controle e fiscalização, sejam eles proprietários rurais ou empresários, através da disponibilização de módulos específicos para atender as necessidades de cada um dos segmentos envolvidos nos processos de defesa sanitária vegetal, seja ele profissional do órgão, produtor ou revendedor de produtos ou serviços agrícolas.

A integração que o sistema proporciona, facilita a prestação de serviços aos clientes, facultando mais autonomia, controle e transparência aos nossos clientes, em um único ambiente de gestão dos bancos de dados. Link:

<https://vegetal.indea.mt.gov.br/SISDEV/>

2.3.3 Sistema de Controle de Madeira do Estado de Mato Grosso (SCM)

Este sistema foi concebido com objetivo de controlar o transito de madeiras no Estado de Mato Grosso, através da certificação das cargas de madeira bruta com a nomenclatura científica da espécie vegetal transportada á nível de gênero e geração de um banco de dados das espécies exploradas e comercializadas pelo Estado com outras unidades da federação. O sistema agiliza a emissão dos documentos e gera o banco de dados tanto de transito de madeira como de empresas que comercializam o produto no Estado.

As atividades e informações geradas permitem um melhor controle da evasão fiscal e ambiental na medida em que os profissionais encaminham para os órgãos responsáveis os casos de irregularidades identificados.

Link:

<http://sistema.indea.mt.gov.br:8081/SCM/>

2.3.4 Sistema de Controle da Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal do Estado de Mato Grosso (InspeçãoWEB)

Este sistema foi concebido com objetivo de promover a centralização dos dados gerados e mantidos pelo INDEA na área de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal, agilizando o processo de coleta de informações, acompanhamento e controle realizado pelo profissional da área, possibilitando o envolvimento e integração de todos os atores envolvidos no processo, sejam eles empresários, inspetores ou gestores do programa.

A integração que o sistema proporciona, facilita a prestação de serviços aos clientes, facultando mais **autonomia, controle e transparência aos nossos** clientes, em um único ambiente de gestão dos bancos de dados. Link: <http://chapinha.mt.gov.br:8580/InspecaoWeb/>

2.4 BASE LEGAL

2.4.1 Base Legal Federal

2.4.1.1 Lei Federal

- Lei Federal nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991 - Que dispõe sobre a política agrícola nacional.
- Lei Federal nº 10.519 de 18 de julho de 2002 - Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio.
- Lei Federal nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 - Regula o exercício profissional e cria os conselhos federais e regionais de Medicina Veterinária.
- Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Define sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- Lei Federal nº 1.283 de 18 de dezembro 1950 - Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal.
- Lei Federal 7.889 de 23 de novembro de 1989 – do Congresso Nacional que aprova a prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de que trata a Lei nº. 1.283, de 18 de dezembro de 1950.
- Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.711 de 5 de agosto de 2003 - Regulamento: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências.
- Lei Federal nº 7.802 de 11/07/1989 - Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

2.4.1.2 Decreto Federal

- Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.
- Decreto federal nº 5.053 de 22 de abril de 2004 - Regulamenta a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e os Estabelecimentos que os Fabricam ou Comercializam.

- Decreto federal nº 06 de 6 de dezembro de 2010 - Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEI-ESPII).
- Decreto federal nº 5.053 de 22 de abril de 2004 - Regulamenta a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e os Estabelecimentos que os Fabricam ou Comercializam.
- Decreto Federal nº 6926, de 11.12.2007 - Aprova regulamentação da Lei 6.198, de 26/12/1974, que torna obrigatória a inspeção e vigilância nos produtos destinados à alimentação animal e estabelece outras providências.
- Decreto Federal nº 24.548, de 3/07/1934 - Estabelece o Regulamento de Defesa Sanitária Animal.
- Decreto Federal nº 8.445 de 6 de maio de 2015 - Altera o Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, que regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
- Decreto Federal nº 5.975 de 30 de novembro de 2006 - Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 5.153 de 23 de julho de 2004 - Aprova o Regulamento da Lei Nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM, e dá outras providências.
- Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

2.4.1.3 Portaria Federal

- Portaria SDA_MAPA nº 84 de 19 de outubro de 1992 - Normatiza credenciamento e monitoramento de laboratórios de AIE.
- Portaria SDA_MAPA nº 162 de 18 de outubro de 1994 – Normatiza Fiscalização e controle zoossanitário de aglomerações de animais.
- Portaria MAPA nº 19 de 19 de setembro de 1994 - Institui o Programa Nacional de Sanidade Avícola.
- Portaria MAPA nº 70 de 3 de março de 1994 - Regulamenta a obrigatoriedade de Comunicação da suspeita de doença de Newcastle - DNC.
- Portaria MAPA nº 548 de 25 de agosto de 1995 – Reconhece o Banco da Indústria Avícola e Assegura a UBA a gestão Banco Operacional Dado.
- Portaria SDA_MAPA nº 7 de 8 de fevereiro de 1999 – Atividades do Programa de Controle de Resíduos Biológicos em Carne - PCRBC, executadas em 1998.
- Portaria SDA_MAPA nº 8 de 23 de janeiro de 1995 - Altera Método analítico de carcaças de aves e pesquisa de Salmonella.
- Portaria SDA_MAPA nº 39 de 21 de julho de 1999 - Reformula o Comitê Consultivo do Programa Nacional de Sanidade Avícola.
- Portaria SDA_MAPA nº 115 de 4 de outubro de 1995 - Atribuições do Comitê Consultivo do PNSA.

- Portaria SDA_MAPA n° 126 de 3 de novembro 1995 - Credenciamento de laboratório para diagnóstico para Salmoneloses Aviárias.
- Portaria SDA_MAPA n° 144 de 23 de dezembro de 1997 - Suspender temporariamente a entrada de avestruz, aves ornamentais domésticas ou silvestres e ovos férteis.
- Portaria SDA_MAPA n° 162 de 18 de outubro de 1994 – Normatiza a Fiscalização e Controle Zoossanitário de Aglomerações.
- Portaria SDA_MAPA n° 142 de 27 de agosto de 1998 - Normatiza o Uso emergencial de vacinação contra PSC a critério do serviço oficial.
- Portaria SDA n° 8, de 31.01.2003 -Institui o Comitê Científico Consultivo sobre Raiva – CCR.
- Portaria SDA n° 34, de 28.05.2004 - Estabelece a composição do Comitê Científico Consultivo sobre Raiva dos Herbívoros – CCR.
- Portaria SDA n° 168, de 27.09.2005 - Aprova o Manual Técnico para o Controle da Raiva dos Herbívoros, Edição 2005, elaborado pelo DSA/SDA/Mapa, para uso dos agentes públicos nas ações do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH.
- Portaria DDA n° 69, de 17.08.2004 -Estabelece a composição do Comitê Científico Consultivo sobre Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – CEET.
- Portaria SDA n° 14, de 15.03.2002 - Institui o Comitê Científico Consultivo para a EET do Mapa, com objetivo de assessoramento para revisão/adoção de medidas sanitárias sobre Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET.
- Portaria IBAMA n° 113 de 29 dezembro de 1995 – Define normas para exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea.
- Portaria SDA n° 291 de 23 de julho de 1997 - Aprovar as Normas, em anexo, sobre exigências, critérios e procedimentos, a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico — CANECC, em áreas contaminadas pela doença e naquelas que venham a ser afetadas.
- Portaria SDA n° 125 de 03 de agosto de 1998 - Dispõe sobre o trânsito de madeira bruta, serrada e beneficiada de Pinus sp entre os Estados acima citados e desses para as demais unidades da Federação.
- Portaria SDA n° 21 de 25 de março de 1999 - O trânsito de frutas hospedeiras constantes na listagem anexa a esta Portaria do Estado do Amapá para outras Unidades da Federação, deverá seguir as exigências desta Portaria.

2.4.1.4 Resolução Federal

- Resolução CONTRAN n° 675 de 21 de junho de 2017 - Dispõe sobre o transporte de animais de produção ou interesse econômico, esporte, lazer e exposição.
- Resolução CFMV n° 1.069 de 27 de outubro de 2014 - Diretrizes Gerais de Responsabilidade Técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais.
- Resolução CFMV n° 1.138 de 27 de outubro de 2014 - Código de Ética do Médico Veterinário.
- Resolução CRMV_MT n° 09 de 19 de janeiro de 2009 - Registro e anotação de responsabilidade técnica de estabelecimentos avícolas.

2.4.1.5 Instrução Normativa Federal

- Instrução normativa MAPA n° 56 de 6 de novembro de 2008 - Procedimentos gerais de recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar-REBEM.

- Instrução normativa MAPA n° 113 de 16 de dezembro de 2020 - Estabelecer as boas práticas de manejo e bem-estar animal nas granjas de suínos de criação comercial.
- Instrução normativa MAPA n° 48, de 17 de outubro de 2019 - Estabelecer as regras sobre o recolhimento, transporte, processamento e destinação de animais mortos e resíduos da produção pecuária como alternativa para a sua eliminação nos estabelecimentos rurais.
- Instrução de serviço SDA_MAPA n° 017 de 16 de novembro 2001 - Determinação da adoção de medidas sanitárias em razão da ocorrência de influenza equina.
- Instrução normativa MAPA n° 06 de 16 de janeiro de 2018 - Aprova as diretrizes gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no Território Nacional, no âmbito do PNSE.
- Instrução normativa SDA_MAPA n° 45 de 15 de junho de 2004 - Aprovar as normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infeciosa Equina - A.I.E.
- Instrução normativa MAPA n° 50 de 24 de setembro de 2013 - Lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal.
- Instrução normativa MAPA n° 13 de 30 de março de 2010 - Regulamento técnico para exportação de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos vivos, destinados ao abate.
- Instrução normativa MAPA n° 19 de 3 de maio de 2011 - Estabelecer em todo o Território Nacional a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) na sua forma eletrônica e-GTA.
- Instrução normativa MAPA n° 35 de 2 de outubro de 2011 - E-GTA, altera o art. 1º da IN n° 19 de 3 de maio de 2011.
- Instrução normativa MAPA n° 53 de 10 de novembro de 2011 - Altera a IN n° 13 de 30 de março de 2010, Transporte de animais com os princípios de bem estar animal.
- Instrução normativa MAPA n° 1 de 13 de fevereiro de 2003 - Autorização para importação de material genético avícola.
- Instrução normativa MAPA n° 1 de 14 de janeiro de 2004 - Autorização prévia do MAPA para importação de animais vivos e de material de multiplicação animal.
- Instrução normativa MAPA n° 6 de 2 de junho de 2003 - Condições zootécnicas para autorização da importação de material genético avícola.
- Instrução normativa MAPA n° 8 de 25 de março de 2004 - Proibir a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham proteínas e gorduras de origem animal.
- Instrução normativa MAPA n° 22 de 20 de junho de 2013 - Normas para habilitação de médico veterinário privado para emissão de GTA.
- Instrução normativa MAPA n° 39 de 30 de agosto de 2011 - Revoga a Instrução Normativa n° 11 de 2003.
- Instrução normativa MAPA n° 49 de 15 de setembro de 2008 - Estabelece categorias de risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB.
- Instrução normativa MAPA n° 50 de 24 de setembro de 2013 - Altera a lista de doenças passíveis da aplicação de medidas de defesa sanitária animal, previstas no art. 61 do Decreto no 24.548.
- Instrução normativa MAPA n° 56 de 4 de dezembro de 2007. Procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas.
- Instrução normativa MAPA n° 58 de 15 de dezembro de 2011 – Estabelece Obrigação de registro no MAPA dos estabelecimentos que se dedicam á multiplicação de material genético avícola.
- Instrução normativa MAPA n° 61 de 5 de dezembro de 2008 - Prorroga por um ano prazo estabelecido no art. 7º da Instrução Normativa n° 56 de 2007.

- Instrução normativa SDA nº 8 de 17 de fevereiro de 2017 - Altera a Instrução Normativa nº 10 de 2013.
- Instrução normativa SDA nº 18 de 9 de junho de 2017 - Aprova o formulário constante do Anexo I – Termo de Adesão e Compromisso às Normas Técnicas para Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva Avícola para Influenza Aviária (IA) e doença de Newcastle (DNC). " (NR), altera a Instrução Normativa nº 21 de 21/10/2014.
- Instrução normativa SDA nº 20 de 21 de outubro de 2016 - Estabelece Controle e monitoramento de *Salmonella* spp.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 2 de 21 de fevereiro de 2003 - Regulamento técnico para registro, fiscalização e controle sanitário dos estabelecimentos de incubação, criação e alojamento de ratas.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 10 de 11 de Abril de 2013 - Defini o programa de gestão de risco diferenciado, baseado em vigilância epidemiológica e adoção de vacinas.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 16 de 8 de julho de 2014 - Altera o art. 11 da Instrução Normativa nº 17 de 2006.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 17 de 7 de abril de 2006 –Aprova o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 21 de outubro de 2014 - Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva Avícola em granjas para infecção de IA e DNC.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 25 de 23 de julho de 2009 – Aprovar as normas sobre as especificações e as garantias, as tolerâncias, o registro, a embalagem e a rotulagem dos fertilizantes orgânicos destinados á agricultura.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 32 de 13 de maio de 2002 - Normas Técnicas de Vigilância para Newcastle e Influenza Aviária e de controle e erradicação para Newcastle.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 41 de 4 de dezembro de 2017 - Altera a Instrução Normativa nº 78 de 03 de novembro de 2003.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 44 de 23 de agosto de 2001 - Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para Micoplasmose Aviária.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 78 de 3 de novembro de 2003 – Estabelece Normas Técnicas para Controle e Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como livres de Salmoneloses.
- Instrução de serviço SEINF_SDSA nº 02 de 17 d abril de 1984 - Estabelece Medidas de controle da Doença de Aujeszky em suínos.
- Instrução normativa MAPA nº 6 de 22 de fevereiro de 2010 - Declara zona livre de peste suína clássica as Unidades Federativas do Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e os Municípios de Guajará, Boca do Acre, sul do município de Canutama e sudoeste do município de Lábrea, pertencentes ao Estado do Amazonas.
- Instrução normativa MAPA nº 6 de 9 de março de 2004 - Aprova as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o Território Nacional, na forma do anexo à presente Instrução Normativa.
- Instrução normativa MAPA nº 8 de 3 Abril de 2007 - Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky em suínos.

- Instrução normativa MAPA nº 25 de 19 de Julho de 2016 - Ficam declarados como livres de peste suína clássica (PSC) as Unidades Federativas do Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e os Municípios de Guajará, Boca do Acre, sul do Município de Canutama e sudoeste do Município de Lábrea, pertencentes ao Estado do Amazonas.
- Instrução normativa SDA nº 19 de 15 de fevereiro de 2002 – Estabelece Normas a serem cumpridas para a Certificação de Granjas de Reprodutores Suídeos.
- Instrução normativa SDA nº 44 de 4 de dezembro de 2017 – Estabelece Normas para a Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos.
- Instrução normativa SDA nº 47 de 18 de julho de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do PNSS.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 6 de 06 de março de 2008 – Estabelece regulamento para registro de Centro de Coleta e Processamento de Sêmen de Suíno.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 27 de 20 de Abril de 2004 – Aprova plano de contingência para Peste Suína Clássica.
- Instrução normativa MPA nº 23 de 11 de setembro de 2014 - Determina a obrigatoriedade da GTA para o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima.
- Instrução normativa MPA_MAPA nº 4 de 30 de maio de 2014 - Estabelece a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção.
- Instrução normativa IBAMA nº 112, de 21 de agosto de 2006 - Instituiu a obrigatoriedade do uso do Documento de Origem Florestal - DOF para o controle de origem, transporte e armazenamento de produto e subproduto florestal e aprova o Sistema - DOF, para o controle informatizado do Sistema.
- Instrução normativa MAPA nº 29 de 15 de setembro de 2010 – Estabelece procedimentos para importação de produtos destinados à alimentação animal e uso veterinário.
- Instrução normativa MAPA nº 42 de 16 de setembro de 2010 - Estabelece Procedimentos para a fabricação, fracionamento, importação e comercialização de produtos isentos de registro.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 35 de 11 de setembro de 2017- estabelece procedimentos para comercialização de substâncias sujeitas a controle especial.
- Instrução normativa MAPA nº 16 de 24 de abril de 2017 - Reconhece o Estado de Roraima como livre de febre aftosa com vacinação.
- Instrução normativa MAPA nº 48, DE 14 de julho de 2020 - Aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA).
- Instrução normativa MAPA nº 15 de 2 de abril de 2008 -Estabelece procedimentos para a atuação em caso de suspeita ou ocorrência de Paraplexia Enzoótica dos Ovinos-SCRAPIE.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 20 de 15 de agosto de 2005 - Aprova procedimentos para operacionalização do cadastro sanitário de ovinos e caprinos.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 87 de 10 de dezembro de 2004 -Aprova regulamento técnico do Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos-PNSCO.

- Instrução normativa MAPA nº 41 de 24 de novembro de 2006 – Aprova critérios para Credenciamento e Monitoramento de Laboratórios de Diagnóstico da Brucelose Bovina e Bubalina.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 10 de 3 de março de 2017 – Aprova regulamento técnico do PNCEBT e classificação do grau de risco para Brucelose e Tuberculose.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 30 de 7 de julho de 2006 - Estabelece as normas de habilitação de médicos veterinários do setor privado para execução do PNCEBT.
- Instrução normativa SDA_MAPA nº 33 de 24 de agosto de 2007 - Estabelece as condições para a vacinação de fêmeas bovinas contra brucelose, utilizando RB51.
- Instrução Normativa Mapa nº 5 de 1 de março de 2002 - Aprova as normas técnicas para controle da raiva dos herbívoros e atualiza a inclusão da EEB, da scrapie e de outras doenças de caráter progressivo no sistema de vigilância da raiva dos herbívoros.
- Instrução Normativa SDA nº 69 de 13 de dezembro de 2002 - Determina o uso de um selo de garantia (holográfico) nos frascos de vacinas contra a raiva dos herbívoros das partidas aprovadas e liberadas para comercialização pelo Mapa.
- Instrução Normativa Mapa nº 8 de 12 de abril de 2012 - Define os critérios para o diagnóstico de raiva, por meio do Teste de Imunofluorescência Direta (TIFD) e da Prova Biológica em camundongos (PB), a serem adotados pelos laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, em atendimento ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH).
- Instrução Normativa Mapa nº 31 de 03 de setembro de 2014 - Atualiza normas de: notificação obrigatória de ocorrência ou suspeição de doença nervosa em herbívoros; inclusão da vigilância das no sistema de vigilância da raiva dos herbívoros; inclusão das EET na lista de doenças passíveis de aplicação de medidas de defesa sanitária animal; prazo de atendimento às notificações de doença nervosa em herbívoros.
- Instrução Normativa Mapa nº 18 de 15 de dezembro de 2003 - Atualiza a proibição de abater bovinos importados de países de risco de para EEB e a inclusão dos mesmos na vigilância da EET.
- Instrução Normativa nº 49 de 15 de setembro de 2008 - Estabelece as categorias de risco para Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB.
- Instrução Normativa Mapa nº 44 de 17 de setembro de 2013 - Revoga o capítulo VIII da IN 17/2006 e institui o Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB).
- Instrução Normativa SDA nº 13 de 14 de maio de 2014 - Atualiza as normas para identificação, monitoramento e controle da movimentação de bovinos importados de países considerados de risco para encefalopatia espongiforme bovina (EEB).
- Instrução de Serviço DOI/DIPOA nº 01 de 7 de março de 2002 - Estabelece procedimentos e normas necessários para operacionalização do sistema de vigilância de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EET) em ruminantes.
- Instrução de Serviço DOI/DIPOA nº 002, de 12 de agosto de 2003 - Atualiza procedimentos e normas necessários para operacionalização do sistema de vigilância de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET.

- Instrução de Serviço Conjunta DDA/DIPOA nº 02 de 15 de agosto de 2003 - Incrementa a vigilância das EET nos ruminantes submetidos ao abate de emergência.
- Instrução Normativa Mapa nº 34 de 28 de maio de 2008 - Atualiza os procedimentos de boas práticas de fabricação (BPF) em estabelecimentos processadores de resíduos de origem animal (graxarias), com destaque para o processamento de farinha de carne e ossos (FCO) de ruminantes, sendo a redução de partículas e o processamento a 133o/20min/3bar.
- Instrução Normativa Mapa nº 69 de 23 de setembro de 2003 - Aprova a padronização da metodologia para Detecção de Subprodutos de Origem Animal em Misturas de Ingredientes para Alimentação de Ruminantes por Microscopia.
- Instrução Normativa Mapa nº 8 de 25 de março de 2004 - Atualiza a proibição de alimentar ruminantes com produtos de origem animal (feed ban). Exclui dessa proibição: lácteos, farinha de ossos calcinada, produtos derivados de pele e couros. Estabelece a rotulagem de advertência em alimentos para não-ruminantes e que contenham produtos de origem animal: “PROIBIDO NA ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES”.
- Instrução Normativa nº 4 de 23 de fevereiro de 2007 - Estabelece regulamento técnico de boas práticas de fabricação (BPF) de produtos para alimentação animal.
- Instrução Normativa nº 17 de 07 de abril de 2008 - Proíbe a fabricação, na mesma planta industrial, de produtos destinados à alimentação de ruminantes e de não-ruminantes.
- Instrução Normativa Mapa no. 41 de 8 de outubro de 2009 - Aprova procedimentos de fiscalização de alimentos para ruminantes em estabelecimentos de criação e estabelece a destinação dos ruminantes alimentados com produtos proibidos.
- Instrução Normativa nº 42 de 30 de agosto de 2011 - Possibilita prorrogação de prazo para destinação dos ruminantes alimentos com produtos proibidos, mediante procedimentos específicos.
- Instrução Normativa SDA nº 18 de 15 de fevereiro de 2002 - Estabelece os procedimentos de vigilância epidemiológica de EET, com destaque para a obrigatoriedade de submeter ao teste de EET os ruminantes negativos para raiva (bov/bub > 24m idade e pequenos ruminantes: > 12 m idade).
- Instrução Normativa Mapa nº 15 de 15 de fevereiro de 2002 - Estabelece procedimentos de credenciamento de laboratórios para o teste das EET pela histopatologia.
- Instrução Normativa Mapa nº 18 de 15 de dezembro de 2003 - Atualiza a proibição de abater bovinos importados de países de risco de para EEB e a inclusão dos mesmos na vigilância da EET.
- Instrução Normativa Mapa nº 18 de 27 de fevereiro de 2004 - Estabelece procedimentos para o teste das EET pela imunohistoquímica.
- Instrução Normativa Mapa nº 36 de 05 de outubro de 2007 - Estabelece procedimentos de credenciamento de laboratórios para o teste das EET pela imunohistoquímica.
- Instrução Normativa Mapa nº 50 de 24 de setembro de 2013 - Mantém a notificação compulsória de doenças nervosas em herbívoros e altera a lista de doenças passíveis de aplicação de medidas de defesa sanitária animal.
- Instrução Normativa Mapa nº 31 de 03 de setembro de 2014 - Revoga a Portaria no 516, de 9 de dezembro de 1997. Altera o art. 2º da Instrução Normativa no 5, de 1º de março de 2002, e o art. 3º do seu Anexo (procedimentos sanitários quanto à vigilância das síndromes nervosas em herbívoros).
- Instrução Normativa Mapa nº 44 de 17 de setembro de 2013 - Institui o Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB).

- Instrução normativa MAPA nº 28 de 15 de maio de 2008 - Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.
- Instrução normativa IBAMA nº 112 de 21 de agosto de 2006 – Define o Documento de origem florestal – DOF como licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa.
- Instrução normativa MAPA nº 2 de 3 de janeiro de 2008 - Aprova as normas de trabalho da aviação agrícola, em conformidade com os padrões técnicos operacionais e de segurança para aeronaves agrícolas, pistas de pouso, equipamentos, produtos químicos, operadores aero agrícolas e entidades de ensino, objetivando a proteção às pessoas, bens e ao meio ambiente, por meio da redução de riscos oriundos do emprego de produtos de defesa agropecuária, e ainda os modelos constantes dos Anexos I, II, III, IV, V e VI.
- Instrução normativa MAPA nº 17 de 31 de maio de 2005 – Aprova procedimentos para caracterização, implantação e manutenção de área livre da Sigatoka Negra e os procedimentos para implantação e manutenção do sistema de mitigação de riscos para Sigatoka Negra.
- Instrução normativa MAPA nº 54 de 4 de dezembro de 2007 - Aprova a Norma Técnica para a utilização da Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV.
- Instrução normativa MAPA nº 55 de 4 de dezembro de 2007 - Aprova a Norma Técnica para a utilização do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC.
- Instrução normativa SDA nº 16 de 18 de março de 2003 - Proíbe a saída de material propagativo de citros (mudas, borbulhas, porta enxertos), formado ou produzido em viveiro telado e a céu aberto nos Municípios que menciona.
- Instrução normativa SDA nº 9 de 20 de abril de 2006 - Define as cultivares e seus respectivos graus de suscetibilidade à bactéria denominada cientificamente de *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*, bem como adotar as exigências fitossanitárias para suas mudas e as medidas de prevenção, controle e erradicação da referida praga.
- Instrução normativa SDA nº 48 de 23 de outubro 2007 - Institui o Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella* - PNECP no Ministério da Agricultura, Pecuária Abastecimento.
- Instrução normativa SDA nº 52 de 20 de novembro de 2007 - Estabelece a lista de pragas quarentenárias ausentes (A1) e de pragas quarentenárias presentes (A2) para o Brasil e aprovar os procedimentos para as suas atualizações.
- Instrução normativa SDA nº 52 de 20 de novembro de 2007 - Estabelece a lista de pragas quarentenárias ausentes (A1) e de pragas quarentenárias presentes (A2) para o Brasil e aprovar os procedimentos para as suas atualizações.
- Instrução normativa SDA nº 3 de 8 de janeiro de 2008 - Aprova os Critérios e Procedimentos para Aplicação das Medidas Integradas em um Enfoque de Sistemas para o Manejo de Risco - SMR da Praga Mancha Preta ou Pinta Preta dos Citros (MPC) *Guignardia citricarpa* Kiely (*Phyllosticta citricarpa* Van der Aa) em espécies do gênero Citrus.
- Instrução normativa SDA nº 20 de 16 de abril de 2008 - Da nova redação a Instrução Normativa nº 55, de 4 de dezembro de 2007.
- Instrução normativa SDA nº 23 de 29 de abril de 2008 - Restringe o trânsito de plantas e suas partes, exceto sementes e material in vitro, das espécies hospedeiras da mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*) constantes da lista oficial de Pragas Quarentenárias Presentes no Brasil, quando oriundas de Unidades da Federação (UF) onde seja constatada por laudo laboratorial, a presença da praga.

- Instrução normativa SDA nº 39 de 30 de dezembro de 2008 - Reconhece a Área Livre de Sigatoka Negra – *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deighton - no Estado do Mato Grosso, os municípios que cita.
- Instrução normativa SDA nº 41 de 1º de julho de 2008 - Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007.

Instrução normativa SDA nº 53 de 16 de outubro de 2008 - Aprova os critérios e procedimentos para a realização, por parte dos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSVs das Instâncias Intermediárias integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, dos levantamentos de ocorrência da praga denominada Huanglongbing (HLB) – Greening , que tem como agente etiológico a bactéria *Candidatus Liberibacter sp.*, em plantas hospedeiras constantes da lista oficial de pragas quarentenárias presentes, visando à delimitação da extensão das áreas afetadas e à adoção de medidas de prevenção e erradicação.

- Instrução normativa SDA nº 1 de 5 de janeiro de 2009 - Altera o art. 1º e 4º, da Instrução Normativa nº 03, de 8 de janeiro de 2008.
- Instrução normativa SDA nº 17 de 27 de maio de 2009 - Regulamenta os critérios para reconhecimento e manutenção de Áreas Livres da Praga *Ralstonia solanacearum* raça 2 (ALP Moko da Bananeira).
- Instrução normativa SDA nº 34 de 8 de setembro de 2009 - Restringe o trânsito de vegetais e suas partes, exceto material in vitro e madeira serrada, das espécies *Citrus spp.*, *Cocos nucifera*, *Acacia sp.*, *Azadirachta indica*, *Melia azedarach* e *Sorghum bicolor*, hospedeiras do Ácaro Hindu dos Citros (*Schizotetranychus hindustanicus*).
- Instrução normativa SDA nº 14 de 6 de abril de 2010 - Estabelece as normas de controle do trânsito de plantas e suas partes, exceto material in vitro, hospedeiras do ácaro vermelho das palmeiras (*Raoiella indica*).
- Instrução normativa SDA nº 18 de 19 de abril de 2011 - Aprova o Sistema Integrado de Medidas Fitossanitárias de Mitigação de Riscos - SMR, para a praga *Cydia pomonella* nas culturas de maçã, pera e marmelo da República da Argentina, com vistas ao programa de exportação das referidas frutas para o Brasil, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
- Instrução normativa SDA nº 59 de 18 de dezembro de 2013 - Exclui da Lista de Pragmas Quarentenárias Ausentes - (A1), constantes do Anexo I da Instrução Normativa nº 41, de 1º de julho de 2008, publicada no D.O.U de 2 de julho de 2008, as pragas ACARINA - *Raoiella indica*; HEMÍPTERA - *Maconellicoccus hirsutus*; LEPIDOPTERA - *Helicoverpa armígera*; FUNGO – *Puccinia kuehnii* e VIRUS - *Lily symptomless*.
- Instrução normativa MAPA nº 33 de 24 de agosto de 2016 - Fica Aprovada a Norma Técnica para a utilização do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC desta Instrução Normativa.
- Instrução normativa MAPA nº 28 de 24 de agosto de 2016 - Fica Aprovada a Norma Técnica para a utilização da Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV desta Instrução Normativa.
- Instrução normativa MAPA nº 37 de 5 de setembro de 2016 - Ficam instituídos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa, os critérios e procedimentos para o estabelecimento e manutenção do status fitossanitário relativo à praga do cancro cítrico, *Xanthomonas citri* subsp. *citri*, das áreas descritas na instrução.
- Instrução normativa MAPA nº 28 de 15 de maio de 2008 - Instituir o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, nos termos desta Instrução Normativa.

2.4.2 Base Legal Estadual

2.4.2.1 Lei Estadual

- Lei Estadual nº 10.486 de 29 de dezembro de 2016 - Que Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado de Mato Grosso.
- Lei Estadual nº 6.338 de 03 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 8.422 de 28 de dezembro de 2005 – Altera a Lei n.º 6338, de 03 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 10.502 de 18 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte - SUSAF-MT, e dá outras providências.
- Lei nº 10.905, de 18 de junho de 2019 - Altera dispositivos da Lei nº 10.502, de 18 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte - SUSAF-MT, e dá outras providências.
- Lei complementar nº 601 de 28 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a emissão de Certificado de Identificação de Madeira - CIM, e dá outras providências.
- Lei complementar nº 235 de 22 de dezembro de 2005 - Dispõe sobre a emissão de Certificado de Identificação de Madeira e dá outras providências.
- Lei complementar nº 232 de 21 de dezembro de 2005 – Altera o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 8.589 de 27 de novembro de 2006 - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 1.524 de 20 de agosto de 2008 - Aprova o Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola.
- Lei Estadual nº 9.858 de 27 de dezembro de 2012 - Introduzem alterações nas Leis nºs 7.138, de 13 de julho de 1999, nº 8.588, de 27 de novembro de 2006, nº 8.589, de 27 de novembro de 2006, nº 9.415 de 21 de julho de 2010, e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 8.588 de 27 de novembro de 2006 - Dispõem sobre o uso, a produção, o comércio, o armazenamento, o transporte, a aplicação e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Mato Grosso.
- Lei Estadual nº 9.415 de 21 de julho de 2010 - Dispõe sobre a Fiscalização do Comércio Estadual de Sementes e Mudanças e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 9.814 de 13 de setembro de 2012 - Acresce dispositivo à Lei nº 9.415, de 21 de julho de 2010, que dispõe sobre a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 9.864 de 27 de dezembro de 2012 - Introduz alterações na Lei nº 9.415, de 21 de julho de 2010, e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 7.692 de 1º de julho de 2002 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

2.4.2.2 Decreto Estadual

- Decreto Estadual nº 1.260 de 10 de novembro de 2017 - Regulamenta a defesa sanitária animal no território Estadual.
- Decreto Estadual nº 218 de 21 de agosto de 2019 - Regulamenta os procedimentos para o reconhecimento da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão, individualmente ou por meio de consórcios, ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte - SUSAF/MT, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 290 de 25 de maio de 2007 - Aprova o Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal no Estado de Mato Grosso.
- Decreto Estadual nº 571 de 29 de julho de 2011 - Estabelece as nomenclaturas das espécies de madeiras no âmbito da gestão ambiental do Estado de Mato Grosso.
- Decreto Estadual nº 1.375 de 03 de junho de 2008 - Regulamenta o Art. 4º, inciso II, e o Art. 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 8.189 de 10 de outubro de 2006 - Disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal (GF) para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 1.184 de 13 de junho de 2012 - Introduce alterações no Decreto no 8.189, de 10 de outubro de 2006, que disciplina a utilização, o preenchimento e a emissão da Guia Florestal (GF) para o transporte de produtos e/ou subprodutos de origem florestal do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 5.975 de 30 de novembro de 2006 - Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 2.283 de 09 de dezembro de 2009 - Regulamenta a Lei nº 8.588, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre o uso, a produção, o comércio, armazenamento, o transporte, a aplicação, o destino final de embalagens vazias e resíduos e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 1.362 de 13 de setembro de 2012 - Regulamenta a Lei N.º 8.588, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre o uso, a produção, o comércio, o armazenamento, o transporte, a aplicação, o destino final de embalagens vazias e resíduos e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 1.654 de 11 de março de 2013 - Retifica artigo do Decreto nº 1.362, de 13 de setembro de 2012.
- Decreto Estadual nº 1.651 de 11 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.588, de 27 de novembro de 2006, que dispõe sobre o uso, a produção, o comércio, o armazenamento, o transporte, a aplicação, o destino final de embalagens vazias e resíduos e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

- Decreto Estadual nº 1.652 de 11 de março 2013 - Regulamenta a Lei nº 9.415 de 21 de julho de 2010, que dispõe sobre a fiscalização do Comércio Estadual de Sementes e Mudanças e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 1.709 de 12 de abril de 2013 - Regulamenta o art. 42-A da Lei nº 9415, de 21 de julho de 2010, que dispõe sobre a Fiscalização do Comércio Estadual de Sementes e Mudanças e dá outras providências.

2.4.2.3 Instrução Normativa

- Instrução normativa INDEA nº 01 de 23 de outubro de 2014 - Procedimentos a serem adotados no ato da fiscalização.
- Instrução normativa Conjunta SEDEC/INDEA-MT nº 001 de 24 de julho de 2017 - Acrescem seções e artigos na Instrução Normativa Conjunta SEDEC/INDEA-MT Nº 001/2016, de 03 de maio de 2016, e dá outras providências.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 002/2016 de 13 de setembro de 2016 - Dispõe sobre a Fiscalização do Uso de Sementes e Mudanças no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Instrução normativa INDEA-MT n.º 001/2018 de 03 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre as normas para a Certificação Fitossanitária de Origem, no estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 008 de 04 de novembro de 2014 - Dispõe sobre a atualização de cadastro de produtos agrotóxicos e afins no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 003 de 21 de setembro de 2016 - Dispõe sobre o armazenamento de produtos agrotóxicos e afins no Estado de Mato Grosso.
- Instrução de serviço INDEA-MT n.º. PRES-CDSV-001 de 02 de agosto de 2010 - Aplicação da Lei nº. 9.415 publicada no D.O.E. de 21/07/2010 e uso de formulários.
- Instrução normativa INDEA-MT nº56 de 8 de dezembro de 2011 - Regulamenta a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 002 de 13 de setembro de 2016 - Dispõe sobre Fiscalização do Uso de Sementes e Mudanças no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 002 de 13 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre Fiscalização do Uso de Sementes e Mudanças no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 006/2018 de 26 de outubro de 2018 - Dispõe sobre a implementação do cadastro de empresas no Sistema de Defesa Vegetal-SISDEV, que versa sobre a comercialização de sementes e mudanças, agrotóxicos e afins no Estado de Mato Grosso.

Instrução normativa SEDER/INDEA-MT nº 005 de 31 de março de 2009 - Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para prevenção e controle do bicudo-do-algodoeiro no Estado de Mato Grosso.

- Instrução normativa SEDER nº001 de 14 de setembro de 2006 - Institui o “Programa de Prevenção e controle da ferrugem asiática no Estado de Mato Grosso”.
- Instrução normativa INDEA-MT nº 001 de 22 de abril de 2008 - Dispõe sobre a substituição no anexo I da Instrução Normativa SEDER/INDEA Nº 001/2006 publicada no D.O.E de 14/09/2006.

- Instrução normativa INDEA-MT n° 057 de 21 de setembro de 2012 - Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDRAF/INDEA-MT n° 007 de 17 de outubro de 2014 – Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDRAF/INDEA-MT n° 011 de 29 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDEC/SEAF/INDEA-MT n° 001 de 06 de janeiro de 2015 – Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDEC/SEAF/INDEA-MT n° 047 de 15 de julho de 2015 - Dispõe sobre medidas fitossanitárias para contenção e erradicação de *Amaranthus palmeri*, no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDEC/INDEA-MT n° 002 de 29 de setembro de 2015 - Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para prevenção e controle da ferrugem asiática da soja no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa INDEA-MT n° 086 de 04 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a erradicação de *Amaranthus palmeri*, no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDEC/INDEA-MT n° 001 de 03 de maio de 2016 - Dispõe sobre as medidas fitossanitárias para controle do bicudo-do-algodoeiro no Estado de Mato Grosso.
- Instrução normativa SEDEC/INDEA-MT n° 001 de 24 de julho de 2017 - Acrescem seções e artigos na Instrução Normativa Conjunta SEDEC/INDEA-MT N° 001/2016, de 03 de maio de 2016, e dá outras providências.
- Instrução normativa INDEA-MT n°029 de 21 de maio de 2013 - Dispõe sobre a delimitação da área de ocorrência, da *Helicoverpa armigera* e Mato Grosso e sobre a autorização de aplicação, controle monitoramento do Benzoato de Emamectina.
- Instrução normativa INDEA-MT n° 001 de 03 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre as normas para a Certificação Fitossanitária de Origem, no estado de Mato Grosso.

2.4.2.4 Portaria

- Portaria INDEA n° 02 de 5 de janeiro de 2018 - Alterar a portaria SEDRAF_INDEA n° 003 de 2014.
- Portaria SEDER_INDEA n° 13 de 8 de maio de 2006 – Cria o Programa Estadual de Sanidade Avícola.
- Portaria SEDER_INDEA n° 03 de 06 de fevereiro de 2014 - Estabelece normas sobre a criação de aves no estado de Mato Grosso, no que se refere às instalações, alojamento, sanidade, sacrifício, aglomerações, registro, certificação, trânsito, transporte de esterco, cama de aviário e dos resíduos de incubatório e abatedouro.
- Portaria SEDER_INDEA n° 014 de 8 de maio de 2006 - Cria o Programa Estadual de Sanidade Suídea e adota medidas de defesa sanitária e outras providências.
- Portaria SEDER_INDEA n° 003 de 15 de março de 2012 - Dispõe sobre a colheita de soro suíno de descarte em matadouro frigorífico em SISE.
- Portaria SEDRAF_INDEA n° 001 de 10 de maio de 2013 - Ratifica a portaria n° 06 de 2011, que cria o Programa Estadual de Sanidade Aquícola.

- Portaria SEDRAF_INDEA n° 06 de 2 de dezembro de 2011 - Cria o Programa Estadual de Sanidade Aquícola e adota medidas de defesa sanitária.
- Portaria SEDEC_INDEA-MT n° 27 de 8 de agosto de 2016 - Dispõe sobre as etapas de vacinação contra febre aftosa nos rebanhos de bovinos e bubalinos no Estado de Mato Grosso.
- Portaria INDEA n° 007 de 7 de fevereiro de 2017 - Institui o Comitê consultivo sobre brucelose bovina no MT.
- Portaria INDEA n° 008 de 6 de fevereiro de 2017 - Normas para o licenciamento de revendas para comercialização de antígenos e alérgenos no MT.
- Portaria SEDRAF_INDEA n° 008 de 29 de Outubro de 2014 - Normas para o controle da brucelose bovina no Estado de Mato Grosso.
- Portaria SEDRAF_INDEA n° 009 de 14 de novembro de 2014 - Plano de vigilância para a Erradicação da Tuberculose bovina e Programa Estadual de Submissão de Granuloma.
- Portaria SEDRAF n° N° 14 de 20 de julho de 2011 - Institui o Regimento Interno da Câmara Setorial de Agrotóxicos – CSA, disciplinando a organização e funcionamento da respectiva Câmara.
- Portaria INDEA n° 047 de 13 de setembro de 2012 - Dispõe sobre a prorrogação de prazo para a destruição dos restos culturais do algodoeiro no Estado de Mato Grosso, estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEDER/INDEA n.º 005/2.009 e dá outras providências.
- Portaria SEDER/INDEA-MT n° 12 de 15 de dezembro de 2009 - Estabelece normas para o Programa de Prevenção e Controle da Sigatoka Negra no Estado de Mato Grosso.
- Portaria SEAF n° 26 de 19 de dezembro de 2000 - Proíbi a entrada, o trânsito e a comercialização no Estado de Mato Grosso, de plantas e partes da planta de bananeira (frutos, rizomas, etc), potenciais hospedeiros da praga quarentenárias A2, *Ralstonia solanacearum* raça 2 (Moko da Bananeira), provenientes dos Estados do Alagoas, Sergipe, Amapá, Pará, e Amazonas, desacompanhados dos seguintes documentos : Nota Fiscal ou do Produtor; Permissão de Trânsito de Vegetais, fundamentada e Certificado Fitossanitário de Origem.
- Portaria SEAF n° 28 de 19 de dezembro de 2000 - Proíbi a entrada, o trânsito e a comercialização no Estado de Mato Grosso, de frutos cítricos, mudas ou outro material propagativo de Citros, potenciais hospedeiros das pragas quarentenárias A2, abaixo relacionadas, desacompanhados dos documentos elencados nos itens A, B, C, D, E.
- Portaria SEDRAF/INDEA-MT n° 01/2011 - Estabelece normas para o Programa de Prevenção e Controle da Broca Conígera (*Sinoxylon conigerum*) no Estado de Mato Grosso.
- Portaria INDEA n° 037 de 03 de julho 2013 - Declara área de ocorrência da praga denominada *Helicoverpa armigera* municípios que menciona.

2.4.2.5 Resolução Estadual

- Resolução CRMV_MT n° 09 de 19 de janeiro de 2009 - Registro e anotação de responsabilidade técnica de estabelecimentos avícolas.
- Resolução CONSEMA-MT n° 01 de 29 de janeiro de 2009 – dispõem sobre a unidade volante de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Resolução CONSEMA-MT n° 02 de 29 de janeiro de 2009 – dispõem sobre o armazenamento das embalagens vazias de agrotóxicos e afins nas propriedades rurais e da outras providencias.

3 GLOSSÁRIO, SIGLAS E ABREVIATURAS

3.1 GLOSSÁRIO

A

Aujeszky - Doença infecto-contagiosa causada por um herpes vírus, também conhecida como pseudo-raiva, acomete suídeos acarretando grandes prejuízos nas indústrias.

Anemia Infecciosa Equina -

Aleurocanthus woglumi - Mosca-negra-dos-citros originária do Sudoeste da Ásia Ordem: Hemiptera. Família: Aleyrodidae. Status Regulatório: Praga não regulamentada.

Azadirachta indica - Àrvore originária da Índia, tem sido implantada nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Acacia sp - Designação comum às plantas do gênero Acácia, da família das Leguminosas, que na maioria dos casos são espécies arbóreas ou arbustivas.

Amaranthus palmeri - é uma planta daninha exótica de caruru, de crescimento rápido e extremamente agressiva.

B

Benzoato de Emamectina – Inseticida do grupo químico das Avermectina, usado na agricultura para o controle de pragas.

Banco operacional de dados - armazenamento de dados operacional, é um repositório de dados onde são colocados os dados que a empresa trabalha no seu dia a dia, para que sejam consultados por outros sistemas, ou por áreas de inteligência.

Brucelose - é uma doença infecto contagiosa causada por bactérias do gênero Brucella. É uma zoonose de distribuição mundial, que gera importantes problemas sanitários e prejuízos econômicos e está disseminada por todo o território brasileiro.

C

Codex Alimentarius - O Codex Alimentarius (expressão em latim que significa "código alimentar", ou "livro sobre alimentos") O Codex Alimentarius é um programa conjunto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), criado em

1963, com o objetivo de estabelecer normas internacionais na área de alimentos, incluindo padrões, diretrizes e guias sobre Boas Práticas e de Avaliação de Segurança e Eficácia.

Cancro Cítrico – É uma doença causada pela bactéria *Xanthomonas citri* subsp. *citri*, afeta todas as espécies e variedades de citros de importância comercial.

Cydia pomonella - é uma espécie de insetos lepidópteros, mais especificamente de traças, pertencente à família Tortricida, uma das pragas mais importantes da maçã no mundo.

Candidatus Liberibacter – Bactéria gram negativa que atua no floema das plantas cítricas e causa a doença mundialmente conhecida como “Greening”.

Cocos nucifera - O coqueiro (*Cocos nucifera*), é um membro da família *Arecaceae* (família das palmeiras). É a única espécie classificada no gênero *Cocos*.

Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) – Documento de certificação que autoriza o trânsito interestadual de produtos e sub produtos de origem vegetal.

Certificado Zoosanitário Internacional - É o documento emitido, ou chancelado, pelo Serviço Veterinário Oficial do País de origem ou procedência dos animais, com o intuito de garantir o cumprimento das condições sanitárias exigidas para o trânsito internacional de animais até o país de destino.

D

Doença nervosa – Doenças que afetam o sistema nervoso.

E

Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - também conhecida como doença ou mal da vaca louca é uma doença neurológica que acomete bovino e, tem sido relacionada com a doença de (CJD) em humanos, além de outras encefalopatias causadas por príons (proteínas anormais que interagem com o material genético do hospedeiro).

F

Frutas hospedeiras – São frutas que servem de hospedeiras para pragas.

Fertilizantes orgânicos - Sólidos e líquidos, são todos aqueles materiais de procedência vegetal ou animal que podem ser utilizados para fertilizar os solos como um todo e assim adubar as culturas.

Febre Aftosa - é uma doença viral que provoca feridas na boca e nas patas de animais como bovinos, suínos, ovinos e caprinos.

G

Guia Florestal (GF) – Documento que autoriza o trânsito interestadual de produtos e subprodutos de origem florestal

Guia de Transito Animal – Documento oficial para transporte de animais no Brasil.

Guignardia citricarpa Kiely – Fungo responsável pela mancha-preta-dos-citros.

H

Huanglongbing (HLB) - é considerada a principal doença que ocorre na cultura de citros no mundo. Três espécies da bactéria são descritas como responsáveis pela doença, 'Candidatus Liberibacter africanus', Candidatus Liberibacter asiaticus' e 'Candidatus Liberibacter americanus'. No Brasil, a doença foi detectada pela primeira vez em 2004, no estado de São Paulo.

Helicoverpa armígera - É uma lagarta que vem causando inúmeras perdas em lavouras brasileiras desde 2012 e tem surpreendido produtores e pesquisadores pelo seu poder destruição.

I

Influenza - Doença infecciosa aguda de origem viral que acomete o trato respiratório, ocorrendo em epidemias ou pandemias e freq. se complicando pela associação com outras infecções bacterianas.

J

L

Lily symptomless – Virus considerado praga quarentenária, presente no Brasil e que causam prejuízos nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

M

Micoplasmose - é uma infecção bacteriana causada por Mycoplasma, uma bactéria sem parede celular, o que lhe confere resistência a todas penicilinas, comum no mundo inteiro. As micoplasmas podem causar pneumonia ou Infecção urinária.

Material propagativo - Material de multiplicação e de reprodução vegetal.

Mycosphaerella fijiensis – fungo causador da Sigatoka-negra.

Melia azedarach - é uma árvore nativa do oriente (da Ásia até a Austrália) e subespontânea na América, Mediterrâneo e África. Chega a atingir os 20 metros de altura. A sua madeira é apreciada, de cor esbranquiçada, rósea ou avermelhada, com veios castanhos.

Maconellicoccus hirsutus - Cochonilha-rosada, Cochonilha-rosada-do-hibisco da ordem hemíptera é uma praga não regulamentada no Brasil.

N

Newcastle - também conhecida como pseudo peste aviária, pneumoencefalite aviária, disordem respiratório-nervosa e a nível internacional - Newcastle

disease é uma enfermidade viral, aguda, altamente contagiosa que acomete aves silvestres e comerciais.

O

P

Permissão de Transito Vegetal (PTV) - Documento oficial para transporte de vegetais e partes de vegetais no Brasil.

Peste Suina Classica – também conhecida como peste suína, cólera suína ou febre suína clássica é uma doença infecciosa, altamente contagiosa causada por um vírus RNA, com distribuição cosmopolita, pertencente à família Flaviviridae, ao gênero Pestivírus e que acomete suínos domésticos e silvestres.

Paraplexia Enzoótica – é uma doença neurodegenerativa fatal que afecta o sistema nervoso de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos).

Pragas Quarentenárias - As pragas que recebem a denominação de quarentenárias são aquelas de natureza vegetal e/ou animal que mesmo estando sob controle constante representam uma ameaça concreta a economia agrícola do país ou de uma região importadora. Em geral esses organismos são exóticos ao país ou região.

Pinus sp - É uma espécie de pinheiro, composta de duas variedades distintas: Pinus elliottii ... As outras espécies cultivadas, nas várias regiões do Brasil.

Puccinia kuehnii - doença quarentenária no Brasil. Este fungo ataca algumas variedades de cana-de-açúcar (Saccharum spp.), interferindo na fotossíntese e comprometendo o desenvolvimento e produtividade da planta.

Q

R

Raiva dos Herbívoros - doença infecciosa, altamente contagiosa e fatal caracterizada por manifestação de natureza nervosa, causada por um Rhabdovirus que acomete elevado número de espécies animais, incluindo o homem.

Ruminantes - São mamíferos herbívoros.

Ratitas – São aves que têm o osso do peito (esterno) achatado e não voam. Pertencem a esse grupo as emas (Brasil), os avestruzes (África) e os quivis (Nova Zelândia).

Ralstonia solanacearum - A murcha bacteriana , é uma doença amplamente distribuída nos trópicos e subtropicais ou regiões mais quentes do mundo. É considerada a doença mais importante da batata e uma das mais importantes de outras solanáceas como o tomate, a berinjela, o pimentão e as pimentas, além de afetar um amplo número de hospedeiras de diversas outras famílias botânicas.

S

Salmonella - Uma das bactérias que vai até o estômago, vence o ambiente ácido e se aloja no intestino. Lá ela se multiplica e “invade” a mucosa intestinal fazendo uma “ferida” grave.

Scrapie - é uma doença neurodegenerativa fatal que afecta o sistema nervoso de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos).

Sigatoka Negra - é considerada a doença mais destrutiva da cultura da bananeira, tendo como agente causal o fungo *Mycosphaerella fijiensis* Var. *difformis*, cuja forma imperfeita é *Paracercospora fijiensis*.

Sorghum bicolor - é uma espécie de planta com flor pertencente à família Poaceae. O seu nome comum é sorgo, e é também chamado milho-zaburo[2] no Brasil, mapira em Moçambique e massambala em Angola.

Schizotetranychus hindustanicus – Inseto também conhecido como Ácaro-hindustânico-dos-citros, Ácaro-dos ninhos-de-teia-dos-citros, tem como hospedeiros cocos nucifera, *Citrus* sp., *Azadirachta indica*, *Melia azedarach*, *Acacia* sp., *Sorghum vulgare*.

T

Tuberculose - é uma doença infecciosa que afeta principalmente os pulmões.

Teste de Imunofluorescência - é uma técnica que permite a visualização de antígenos nos tecidos ou em suspensões celulares utilizando corantes fluorescentes, que absorvem luz e a emitem num determinado comprimento de onda (c. d. o.).

Teste de Imunohistoquímica - é o processo de detecção da expressão de proteínas localizadas nas células dos tecidos utilizando o princípio antígeno/anticorpo.

U

V

Vigilância epidemiológica - é definida como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.”

X

Xanthomonas campestris - é a bacteriose de maior importância econômica das brássicas em geral. Este patógeno tem ampla distribuição, podendo causar perdas totais em cultivares susceptíveis e condições favoráveis ao patógeno. Esta doença ocorre em praticamente todas as espécies de brássicas.

Xanthomonas citri – Bactéria que afeta todas as espécies e variedades de citros de importância comercial.

Z

3.2 SIGLAS E ABREVIATURAS

AIE – Anemia Infeciosa Equina.
CANECC - Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico.
CFMV - Conselho Federal de Medicina Veterinária.
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente.
CONTRAN – Conselho Nacional de Transito.
CSA - Câmara Setorial de Agrotóxicos.
CCR - Comitê Científico Consultivo sobre Raiva dos Herbívoros.
CFO - Certificado Fitossanitário de Origem.
CFOC - Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado.
DDA – Departamento de Defesa Agropecuária.
DNC – Doença de Newcastle.
DOE – Diário Oficial do Estado.
DOI/ DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina.
GEI-ESPII - Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional.
IA – Influenza Aviária.
IBAMA – Instituto Brasileiro Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
OMS - Organização Mundial da Saúde.
PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros.
PNEEB - Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina
.
PNSE – Programa Nacional Sanidade Equídea.
PNECP - Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella*.
REBEM - Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar Animal.
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.
SEAF – Secretária Estadual de Agricultura e Assuntos Fundiários.
SEDEC – Secretaria Estadual de desenvolvimento Econômico.
SEDRAF - Secretária Estadual de desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.
SEINF_SDSA – Serviço de Informação da Secretaria de Defesa Sanitária Animal.
SMR - Sistema de Manejo de Risco.